
O papel do destinador transcendente nos acontecimentos*

Luiz Tatitⁱ

Resumo: Propomos, neste artigo, uma reflexão mais acurada sobre a função de destinador, estendendo-a do universo narrativo para os atuais estudos do acontecimento inesperado. Tomamos como questão inicial o fato de um mesmo fenômeno ser considerado impactante para alguns e indiferente, ou até inexistente, para outros. Assim como o sujeito narrativo reconhece o seu objeto de busca pelos valores que o acentuam e o destacam das demais grandezas do mundo, sendo que essa “valorização” é o resultado das ações persuasivas de um destinador de sua confiança, o sujeito surpreendido pelo que chamamos de acontecimento inesperado também só o distingue como tal se conseguir vislumbrar em seu cerne valores avulsos, ou parte deles, que já lhe foram transmitidos por um de seus destinadores, em algum momento da vida. Na verdade, o acontecimento completo apresenta-se como um arranjo inédito desses valores apreendidos isoladamente pelo sujeito, arranjo este que tende a ser decifrado a seguir, na passagem do impacto afetivo para a sua resolução intelectual. É nesse intervalo que o sujeito se mostra atônito. Caso inexistisse esse destinador capaz de prepará-lo para identificar tais valores pertinentes e até equipá-lo com valores desconhecidos (ou transcendentais) sequer teríamos um acontecimento.

Palavras-chave: semiótica; valores; narrativa; afeto; resolução.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2024.229382>.

ⁱ Docente do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: tatit@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5879-4972>.

1. Transcendência e imanência na semiótica

Entre os importantes temas tratados por Algirdas Julien Greimas na década de 1970, e que se tornaram pontos de partida para a implantação da narrativa no núcleo da investigação semiótica, figura o seu estudo sobre os objetos de valor, publicado na revista *Langages* (n. 31, 1973) e escolhido mais tarde para compor o segundo volume da obra *Du sens*¹. São muitos os conceitos e os modelos elaborados nesse texto que deram origem ao período hegemônico da análise narrativa e discursiva praticada nas universidades francesas e nos centros semióticos espalhados pelo mundo, muitos deles seguidores, àquela época, dos avanços do estruturalismo de linhagem europeia.

O tema que pretendemos investigar nesta oportunidade também fez parte do artigo/capítulo mencionado, mas sem receber o devido destaque, uma vez que eram outras as prioridades teóricas consideradas pelo criador da semiótica francesa. De todo modo, o tema em si já estava lá e pode ser sintetizado na noção de destinador transcendente. A função simples de destinador — como o actante que conduz o sujeito à ação narrativa e, ao final, avalia o seu desempenho durante o processo, além da sua competência para superar todas as provas que lhe foram impingidas — já foi sobejamente estudada e aplicada no domínio semiótico. Trata-se, na verdade, de categoria que se desdobra em duas outras, conhecidas respectivamente como destinador manipulador e destinador julgador. Suas definições comportam algum parentesco com o nosso tema, mas quando levamos em conta a especificidade do destinador transcendente há algo de misterioso ou pelo menos de inacabado nessa chamativa qualificação. Agora, após cinco décadas de publicação do referido artigo, talvez possamos contar com novos meios para caracterizar o que vem a ser “transcendente” nesse contexto semiótico específico.

Embora Greimas tenha se inspirado fortemente em estudos mitológicos (realizados, entre outros, por Vladimir Propp, Georges Dumézil e Claude Lévi-Strauss) para formular a dimensão transcendente em que se insere o destinador, sua tradução da categoria mitológica em função narrativa fez do conceito algo bem distante da visão sobrenatural que parece cercar o vocábulo nas comunidades pesquisadas pelos antropólogos. Para o semioticista, destinador transcendente se opõe a sujeito imanente no interior do texto submetido à descrição. Assim como o sujeito do fazer narrativo, o destinador (que, em princípio, faz o sujeito fazer) participa do universo de valores circunscrito pelo texto em análise, mas, além de ser fiador dos conteúdos que transitam nesse

¹ Neste artigo, vamos nos reportar à versão brasileira do capítulo intitulado “Um problema de semiótica narrativa: os objetos de valor”, traduzido para o português por Dilson Ferreira da Cruz e que se encontra em Greimas, 2014, p. 31-59.

circuito fechado, “esse personagem desempenha o papel de mediador entre o universo de valores transcendentais e o universo imanente no qual valores são vertidos para entrar em circulação” (Greimas, 2014, p. 43). Em outras palavras, cabe à função de destinador transcendente abrir a estrutura que define a autonomia semiótica de um texto ao ingresso de objetos modais e descritivos existentes na sociedade mais ampla e ao arco histórico que esteve na origem de sua escrita.

Greimas e Joseph Courtés retomam a caracterização desse actante em diversos verbetes do *Dicionário de Semiótica*, nos quais, além de o definirem como “absoluto, soberano, original e último”, explicam sua atuação na chamada “comunicação participativa”: o destinador transcendente doa seus valores sem, contudo, renunciá-los. Considerando que todo destinador equivale ao enunciador de uma comunicação e que o sujeito da enunciação, para a semiótica, subsume tanto o enunciador quanto o enunciatário, o conteúdo transmitido na sua primeira condição é recebido por ele mesmo, na segunda. Em suma, o enunciador (ou destinador) é sempre o primeiro enunciatário (ou destinatário) das próprias emissões, ainda que raramente seja o único (Greimas; Courtés, 2008, p. 82).

2. Transmissão de um ponto de vista

De acordo com a própria tradição greimasiana, o desdobramento do destinador em manipulador e julgador pressupõe um ponto de vista aspectual que instaura o primeiro como actante incoativo e o segundo como terminativo em todo esquema narrativo (Greimas; Courtés, 2008, p. 133). Nessa mesma linha, pouco tempo depois, o semioticista francês Claude Zilberberg completou o pensamento dos autores do dicionário ao estabelecer que enquanto o destinador define o começo e o desfecho dos percursos narrativos, ou seja, as principais demarcações de um relato (o seu grande intervalo), a relação entre sujeito, objeto e antissujeito garante suas durações em termos de elementos precedentes e subsequentes, o que assegura a progressão de segmentações ou pequenos intervalos. Tais durações respondem pelo tempo cronológico, pela historicidade do texto. Já as aspectualizações salientes (referentes ao momento contratual e ao desenlace judiciário) respondem pelo tempo mnésico, pela direção télica do relato, ou ainda, pela possibilidade de ligação dos fenômenos relatados ao conjunto de lembranças individuais ou sociais dos atores em pauta (Zilberberg, 2006, p. 69-70).

Greimas e Courtés vão além ao afirmarem que todo percurso narrativo é englobado “por uma instância transcendente, em que se encontra o destinador, encarregado de manipular e de sancionar o sujeito do nível imanente, considerado como destinatário”. Não apenas por isso, mas também pelo seu poder, digamos, factitivo (dado que faz do destinatário um sujeito competente e,

depois, o julga de acordo com critérios de justiça e “veracidade”), o destinador ocupa “uma posição hierarquicamente superior em relação ao destinatário”, mesmo que se leve em conta as inversões temporárias de papéis. O fato de um destinatário poder eventualmente manipular o seu destinador com elogios e bajulações para fazê-lo agir em seu proveito não altera o “poder preestabelecido que caracteriza o estatuto hierárquico do destinador”. Ele será sempre reconhecido como o insigne representante da instância transcendente (Greimas; Courtés, 2008, p. 333).

Podemos compreender, assim, que o destinador é de fato uma posição sintática por *fazer* o sujeito *fazer* e até por jamais abandonar esse projeto de continuidade em nome da conjunção final do destinatário-sujeito com o seu objeto. As resistências (ou *paradas*) impostas pelo antissujeito são ameaças constantes que, nas histórias populares, apenas valorizam o progresso irresistível (*parada da parada*) do sujeito, sempre muito bem equipado e conduzido pela ação persuasiva e manipulatória do destinador. Afinal, para este actante, as modalidades e os valores são inesgotáveis, pois transcendem os limites imanentes do texto. Zilberberg (2006, p. 145) sintetizou essa particularidade ao definir o destinador como “aquele que não poderia ser detido por nada!”.

Mas tudo indica que não se trata apenas de posicionamento sintático e de poder preestabelecido, uma vez que, a partir de ambos, o destinador adota também uma estratégia aspectual, que conduz o sujeito a uma direção definida, e outra modal, que alimenta a competência desse mesmo actante para o seu inevitável confronto com o antissujeito. Tais recursos explicam a relação de comunicação entre destinador e destinatário “antes” que este último se transforme em sujeito de sua própria ação. Trata-se, no fundo, de um fortalecimento do ponto de vista que fundamentou o contrato narrativo inicial entre eles: “a aspectualidade e a modalização tornam-se pontos de vista”² (Zilberberg, 1993, p. 70, tradução nossa).

Em última instância, o sujeito valoriza no objeto os dados que encontram ressonância no ponto de vista formulado pelo destinador e que lhe foi comunicado durante sua prática persuasiva. Por compartilhar desse ponto de vista na condição de destinatário, o sujeito rapidamente identifica o que há de necessário ou desejável nos objetos ao seu alcance. O interessante é que isso não se aplica apenas à teoria narrativa, mas igualmente à experiência do acontecimento.

² No original: « L’aspectualité et la modalisation deviennent des points de vue » (Zilberberg, 1993, p. 70).

3. Preparação do sujeito pelo destinador

Para Zilberberg, a reflexão sobre o acontecimento trouxe a semiótica para o campo da intensidade, onde impera a *surpresa* e, por conseguinte, certa desordem na construção do sentido até então baseada no conceito de *espera*. Como critérios de controle dos níveis de intensidade, o autor destaca o andamento (aceleração / desaceleração) e a tonicidade (tonificação / atonização). O acontecimento combina aceleração com tonificação: ocorre antes que o sujeito esteja preparado para compreendê-lo e atrai a atenção para si com tal vigor que o sujeito se mostra incapaz de ignorá-lo. São critérios válidos, sem dúvida, para compreendermos o impacto do acontecimento, mas deixam uma pergunta no ar: por que o mesmo fenômeno pode figurar como acontecimento extraordinário para alguns e, para outros, como fato irrelevante, por vezes, imperceptível?

É nesse ponto que nos parece forçoso reconhecer que entre os princípios que regem tanto a narratividade quanto a semiótica do acontecimento destaca-se o conceito de destinador transcendente. Ao munir o sujeito de modalidades, valores, enfim, de pontos de vista sobre o mundo, o destinador já determina os objetos compatíveis com sua orientação e, de certo modo, já prepara o sujeito para receber uma avaliação positiva no final do processo. Assim, também, entendemos que a influência do destinador é notória toda vez que o destinatário-sujeito se sensibiliza diante de um acontecimento inesperado. Embora não haja aparentemente uma ligação entre esse actante e aquilo que lhe acontece de forma imprevista, tal estranhamento não é suficiente para explicar a intensidade do impacto no seu mundo subjetivo. Tampouco a velocidade da ocorrência. Afinal, o sujeito poderia simplesmente não se interessar pelo evento. O que nos parece afetar diretamente a apreensão do sujeito é o vislumbre nas frestas do acontecimento de indícios de um possível desenrolar discursivo subsequente, capaz de traduzir esse impacto em algo compatível com o ponto de vista transmitido pelo destinador transcendente. É ao longo desse processo — que nos habituamos a chamar de *resolução* — que a presença do destinador se manifesta em toda a sua amplitude. No entanto, por já estar imbuído dos valores transferidos pelo destinador, o sujeito, ao que tudo indica, capta no novo conteúdo os sinais da possível e até provável resolução. Nesse momento, mesmo não estando plenamente consciente da existência desses sinais, mas já intrigado com os seus vestígios (pois absorvem a sua atenção), o sujeito se mostra embevecido com a experiência. Pode-se dizer, portanto, que o acontecimento não está apenas no assomo de um sentimento, mas também na sensação de sua iminente resolução. Não pode ser restringido a um fenômeno exclusivo da intensidade, se esta não apresentar imediatamente o seu corolário extensivo.

4. Indícios de resolução no impacto do acontecimento

No exemplo clássico do “arco-íris branco” avistado pelo poeta Johann Wolfgang von Goethe e descrito por Henri Lichtenberger, o também poeta Haroldo de Campos comenta o efeito epifânico desse “raro fenômeno meteorológico” sobre o escritor alemão que, já idoso, viajava para rever a sua terra natal³. Pelo que se depreende da descrição de Lichtenberger, não é tanto a raridade do fenômeno que absorve a atenção de Goethe, mas a identificação no acontecimento de um ponto de vista já introjetado àquela altura em sua mente e que, ao fim e ao cabo, o persuadiu a fazer a citada viagem. Percebe-se, então, a presença do destinador seja em dimensão superficial, seja em dimensão profunda. No primeiro caso, tratava-se de “conselho médico”, pois o poeta precisava de descanso. No segundo, um destinador com perfil mais transcendente o impulsionava no sentido de restituir a juventude. Com esses valores em curso, o sujeito enxergou no arco-íris branco uma imediata resolução: não apenas um indício de rejuvenescimento, mas também uma interpretação do fenômeno como o “presságio de uma *nova puberdade*”. Na verdade, ambas as dimensões se associavam no íntimo do sujeito: a recuperação da desejada vitalidade juvenil poderia brotar do descanso recomendado pelo médico. A visão era de fato incomum, mas sua relevância na vida do escritor já estava respaldada por influxos anteriores, os mesmos que, a seguir, ativaram a resolução. Assim se manifesta, a nosso ver, a presença do destinador transcendente na apreensão do acontecimento.

Nem precisaríamos dizer que essa função de origem narrativa acompanha as ações e as apreciações dos indivíduos e dos grupos sociais ao longo de toda a sua existência. Genitores, parentes próximos e tutores costumam preencher essa função no caso de crianças e adolescentes, o que não elimina o papel de outros agentes escolares ou midiáticos nesse processo de formação gradativa durante as fases de crescimento e maturação. Orientações intelectuais ou religiosas, habilitações profissionais, posicionamentos ideológicos e incentivos de toda ordem nos são transmitidos pela vida afora, a ponto de nos fazerem crer e até mesmo agir sem que saibamos exatamente de onde provém essa força de persuasão. O ser humano tende a acumular, pouco a pouco, atores, figuras, princípios, circunstâncias e outras fontes de determinação que ocupam temporária ou permanentemente a função de destinador transcendente e que são selecionados pelo destinatário-sujeito ao se deparar tanto com narrativas planejadas quanto com a imprevisibilidade dos acontecimentos casuais.

É preciso dizer que essa ininterrupta atividade de persuasão é, antes de tudo, silenciosa. Na vida real, é raro que alguém convença alguém de alguma coisa

³ Campos, 1997, p. 15. Já tratamos desse exemplo em “O ritmo que vem das sílabas” para explicar o acento de sentido no caso da apreciação das epifanias (Tatit, 2021, p. 14).

a partir de uma simples argumentação. A persuasão instantânea é possível, mas em casos muito especiais. O que se observa em geral é a aquisição gradual por parte do sujeito de valores cuja procedência, quase sempre difusa, não permite a determinação exclusiva de um ator ou uma figura para exercer a função de destinador transcendente. Nossas vivências cotidianas de todas as fases da vida são suficientemente ricas para compor, sem que tenhamos plena consciência, nossos pontos de vista ou, como se diz usualmente, nossa visão de mundo. São inúmeros os personagens, as crenças, os conhecimentos, os estímulos estéticos etc. que se alternam nessa função e que podem revelar ou até justificar aspectos de nossa relação com outras pessoas e com todo tipo de experiência objetiva. Ver um dado fenômeno com “outros olhos” significa assimilar a perspectiva de alguém ou de algo que acaba de ocupar a posição do destinador. É quando o sujeito consegue “enxergar” o que não via antes.

Um exemplo caricato, mas bastante significativo se pudermos extrair o essencial para os nossos fins, foi criado por Nelson Rodrigues e citado algumas vezes em crônicas por Ruy Castro (2011, 2021). Segundo este autor, o jornalista e escritor Otto Lara Resende, volta e meia adotado como personagem por Nelson Rodrigues, teria passado durante anos pelo Aterro do Flamengo a caminho do centro do Rio de Janeiro sem se dar conta da imagem imponente do Pão de Açúcar. No relato do jornalista e dramaturgo, de repente, numa dessas passagens pelo Aterro, Otto teria enxergado o famoso morro carioca, fato que o deixaria completamente aturdido no meio da rua, tentando compreender por que, até então, não avistara aquele patrimônio da cidade em seus deslocamentos diários para o trabalho.

De acordo com Ruy Castro (2021), Nelson Rodrigues teria explicado: “Foi o encontro do Otto com o óbvio. O óbvio ululante”. Pelo ângulo da semiótica, o sujeito encontra-se com o objeto (nesse caso, com a visão do morro) e não propriamente com a obviedade de sua existência. Enquanto prevaleceu o caráter óbvio do Pão de Açúcar (morro monumental que sempre esteve, e sempre estará, no mesmo lugar como emblema estético e turístico do Rio de Janeiro), nada de seu contorno chamou a atenção do jornalista na conhecida paisagem da cidade. A obviedade tornou o sujeito insensível aos estímulos do objeto. Sob esse efeito, o que era um acontecimento extraordinário para turistas e poetas, não passava de imagem corriqueira na vida do personagem. Portanto, é a obviedade que ocupa a função de destinador nessa pequena fábula, pelo menos até o momento em que Otto Lara Resende enxerga finalmente o morro e se mostra transtornado com a experiência. O que o faz enxergar não é enfatizado na versão concisa de Ruy Castro, mas podemos inferir que talvez tenha havido uma alteração na instância do destinador ao se trocar o óbvio pelo óbvio ululante. Ao contrário da obviedade passiva que faz o sujeito não fazer (não enxergar), o óbvio ululante é barulhento, descomedido, extravagante e, por isso, não pode deixar de ser notado,

nem que seja apenas pelos profetas, o que nos leva a outra *boutade* de Nelson Rodrigues: “Só os profetas enxergam o óbvio”. Isso surge na crônica como avaliação positiva de Otto Lara Resende. Temos, assim, o destinador que neutraliza a imagem do Pão de Açúcar na mente do sujeito (a obviedade que o impede de enxergar o morro), o destinador que recupera os valores atrativos do Pão de Açúcar (o óbvio ululante que faz o sujeito enxergar o morro como um acontecimento inesperado) e, ainda, o destinador julgador que avalia as atuações do sujeito como as de um verdadeiro profeta.

O segundo destinador é o que intensifica o objeto para o sujeito devolvendo-lhe a força de um acontecimento. Em termos figurativos, o Pão de Açúcar retoma os valores que o colocam em destaque na paisagem natural da cidade. É o óbvio ululante (justamente por ulular) que recompõe o que há de hiperbólico e estético no célebre morro. Como vimos, o destinador ativa no sujeito o ponto de vista que reverbera no acontecimento (razão do seu impacto) e, em condições normais, dá início a sua resolução discursiva no plano da extensidade. O sujeito só se deslumbra com o que lhe faz sentido e, em consequência, lhe abre a possibilidade de explanação, mesmo que esta não chegue a se consumir. No caso em pauta, em virtude das limitações de espaço para a crônica e da própria escrita sintética de Ruy Castro, a resolução do deslumbre fica apenas delineada.

5. Intensidade emocional e resolução extensiva

O vínculo entre o destinador e as condições para a resolução do impacto do acontecimento torna-se quase literal na coluna da psicanalista e cronista Vera Iaconelli. Escrito no auge da devastadora pandemia que chegou ao Brasil no início de 2020, esse texto traz a própria enunciadora ocupando a posição de destinador e se dirigindo a seus destinatários (os leitores), com o intuito de levá-los a refletir sobre o acontecimento nefasto que interrompeu bruscamente a rotina de todos. Diz a autora:

Esse é o momento para transformarmos o terrível acontecimento — alheio à nossa vontade — em verdadeira experiência. Isso implica em poder construir uma reflexão e uma narrativa sobre o que vivemos (Iaconelli, 2020, p. B3).

Traduzir o acontecimento inesperado em experiência passível de reflexão corresponde, no nosso entender, a converter a intensidade emocional provocada pelo acontecimento em resolução extensiva, típica dos procedimentos lógicos de compreensão e explicação. Já a psicanalista menciona Lacan como fonte primária

das suas ponderações⁴. Traz à baila, portanto, o destinador da destinadora que produziu a formulação citada. Mas o encadeamento das funções actanciais não altera em nada a feliz escolha da palavra “experiência” como ponte entre o acontecimento em si e sua resolução discursiva.

Claro que são numerosos os pontos de vista que nos fizeram perceber a pandemia e sua dimensão internacional como acontecimento altamente ameaçador para toda a humanidade. No entanto, para o sujeito que observa fenômenos dessa natureza, a variação de intensidade é imensa, pois depende do ator (ou da figura) que ocupa a posição de destinador durante a ocorrência do evento. Todos se lembram que, no Brasil, os sujeitos destinatários da equipe do governo central da época “enxergavam” a pandemia como algo irrelevante, átono (“uma gripezinha”, dizia o chefe da nação, destinador de um enorme contingente populacional), que dispensava qualquer medida restritiva para combater a contaminação. Outra ala, destinatária direta da ciência contemporânea, acentuava enfaticamente o acontecimento, engajando-se às quarentenas e aos isolamentos de toda espécie. Pairava, entre ambas as perspectivas, um leque considerável de graus de tonicidade atribuídos ao fato que abalou as crenças e as noções de ciência em todo o planeta.

Para os que tratavam a pandemia com indiferença, era fácil notar que não havia um destinador capaz de transmitir o alcance emocional e cruel do fenômeno que viria a dizimar centenas de milhares de vidas no país. Os destinatários foram persuadidos a não reconhecer o fato como um acontecimento brutal, merecedor da mais profunda avaliação por parte das autoridades da saúde e da sociedade integral. Como não sentiam o forte impacto afetivo do que estava ocorrendo (seus destinadores não permitiam...), também não se propunham a buscar uma resolução adequada ou, nos termos da cronista, uma reflexão sobre o acontecimento transformado em experiência. Afinal, sem impacto afetivo e sem destinador que instrua o sujeito no sentido de distinguir a especificidade da experiência e a necessidade de desdobrá-la na extensão discursiva, o acontecimento deixa de existir.

Para os que acentuavam a pandemia como um dos principais acontecimentos (negativos) internacionais de todos os tempos, a função de destinador foi preenchida por numerosos agentes públicos, profissionais da saúde, jornalistas, artistas, além de organizações nacionais e internacionais, todos engajados numa campanha inédita de informação e esclarecimento sobre o poder destrutivo do vírus SARS-CoV-2. A própria cronista, valendo-se de sua prática psicanalítica, figurou, já dissemos, como destinadora de seus leitores ao prepará-los, a seu modo, para uma percepção especial do acontecimento pandêmico. Em primeiro lugar, é forçoso observar que há uma pequena semelhança entre esta e

⁴ “A verdade está na superfície, ao alcance de quem bem escutá-la”, nas palavras da cronista (Iaconelli, 2020).

a coluna comentada anteriormente, mesmo que apresentem perspectivas gerais totalmente diversas. No relato de Nelson Rodrigues (segundo as colunas de Ruy Castro), a obviedade não permitia que o personagem distinguísse o Pão de Açúcar na paisagem do Rio de Janeiro, pelo fato de que ele sempre esteve lá. Mas o óbvio ululante, expressão criada pelo dramaturgo, foi capaz de repentinamente revelá-lo. Na coluna de Iaconelli (2020, p. B3), “a pandemia revelou o que sempre esteve aí. Nossa única esperança é começar a escutar o que se escancarou ainda mais”. Assim como o óbvio ululante acentuou o Pão de Açúcar, a pandemia acentuou (“escancarou”) aspectos de nossas vidas que permaneciam na penumbra. E se a pandemia fez o sujeito apreender esses aspectos (citados adiante) durante sua implacável disseminação, elevando-a à condição de acontecimento, ela também, em certo momento, desempenhou o papel de destinador.

Entretanto, para reconhecer a terrível virose não apenas como destinador, mas principalmente como acontecimento nefasto, era preciso entender a impressão forte e profunda por ele causada como um invólucro afetivo a ser desdobrado pelo sujeito em sucessivos conteúdos analíticos, responsáveis pela transformação do sentimento compacto em reflexão expandida. É nesse ponto que a enunciativa da crônica assume plenamente sua função de destinadora, por fazer o destinatário-sujeito (leitor) ver no acontecimento uma oportunidade única de revisão dos temas vitais geralmente relegados no corre-corre cotidiano. Alguns traços que definem o acontecimento tão valorizado por Zilberberg no âmbito da semiótica já estavam explícitos nos efeitos epidêmicos da doença em todas as regiões do globo: a parada do tempo, decorrente da suspensão por prazo indeterminado das atividades em todas as áreas profissionais que dependiam do contato social, a alta velocidade da contaminação e a irrupção dos temas-tabu da mortalidade e da finitude, normalmente escamoteados pelo ser humano ao longo da vida.

Mas a psicanalista vai além ao se referir ao acontecimento convertido em “verdadeira experiência”. O sujeito se mostra perplexo porque intui que o conteúdo cifrado no evento poderá ser decifrado de acordo com as instruções recebidas do destinador, processo, aliás, que se inicia assim que amenizam os efeitos emotivos do fato inesperado. Considerando que a própria coluna de Vera Iaconelli se apresenta como um exemplo típico dessa transmissão de valores entre destinador e destinatário-sujeito, basta destacarmos no seu texto algumas indagações vindas diretamente do impacto causado pelo ocorrido: quais e como têm sido os nossos laços afetivos? Como viver o luto? Quais os desejos que valem a pena cultivar em nossa vida? Como encarar nosso tempo subjetivo no período de confinamento? O que vem a ser solidariedade e abnegação? E cidadania, governo, democracia, como tais conceitos sociais se entrelaçam em nossa vida

pessoal? Enfim, são camadas de conteúdo deslindadas por um sujeito já instruído pela ocupante da função de destinador.

Cremos que é nesse sentido que Zilberberg adotou a definição sintética de acontecimento (*événement*) que consta do dicionário francês *Le Nouveau Petit Robert* (Rey-Debove; Rey, 1993, p. 844, tradução nossa): “o que sobrevém e que tem alguma importância para o homem”⁵. A noção de *sobrevir* já faz parte do vocabulário semiótico toda vez que alguém se põe a descrever um conteúdo que ingressa rápida e inesperadamente no campo de presença em análise. Trata-se, pois, de uma questão de andamento (acelerado), na acepção musical do termo. Já “o que tem alguma importância para o homem” depende, segundo Zilberberg, de uma avaliação acentual ou, em outras palavras, do grau de tonicidade investido. O próprio dicionário acrescenta uma citação comprovadora de Anatole France: “acontecimento [...] é um fato notável”⁶ (Rey-Debove; Rey, 1993, p. 844, tradução nossa) e não um fato qualquer. Essas considerações seriam suficientes se não precisássemos semiotizar noções como “importância” ou “notável”. Afinal, é sempre bom lembrar que há fatos que representam acontecimentos impactantes para alguns e ocorrências irrelevantes para outros. Quem aponta a importância de um fenômeno na vida do sujeito é o destinador, função que orienta o sujeito a reconhecer os valores imbricados no acontecimento (responsáveis pela impressão afetiva) e ainda oferece os subsídios para a sua resolução explicativa, mesmo que esta última não se manifeste. Muitas vezes, o ator que ocupa essa função precisa recorrer a valores ainda não assimilados pelo sujeito, até porque estão fora de sua experiência de vida e de seu campo de ação. É quando os valores imanentes não dão conta da riqueza informativa do acontecimento e dependem da atuação do que vimos chamando de destinador transcendente, aquele que abastece o destinatário-sujeito com valores que até então estavam fora do seu alcance.

6. Destinadores nos acontecimentos

O acontecimento é um verdadeiro arranjo de valores que se manifesta de forma surpreendente. Embora não compreenda de imediato o sentido geral desse arranjo, o sujeito já instruído pelo destinador se mostra competente para reconhecer os valores em si, ou parte deles, o que é suficiente para deixá-lo intrigado e atraído pelo fenômeno global. É essa apreensão inicial de valores avulsos que chama a atenção de alguns sujeitos (e não de outros), especialmente daqueles que já intuem a possibilidade de esmiuçamento dos conteúdos que geraram o arranjo inesperado. Em termos semióticos, o sujeito se apegua ao acontecimento que o permite transitar da intensidade emotiva à extensidade

⁵ No original: “Événement 2. Ce qui arrive et qui a quelque importance pour l' homme”.

⁶ No original: “Un événement [...] C'est un fait notable”.

intelectiva — e vice-versa — ou, ainda, que o permite sentir e compreender os valores de sua cultura em novos arranjos.

Cabem, de passagem, alguns alertas. Parece-nos evidente que os sujeitos possuem aptidão natural para identificar nos fatos, objetos ou acontecimentos os valores prestigiados por seus inúmeros destinadores transcendentais acumulados ao longo da vida. Não há dúvida também que os atores e figuras ocupantes dessas funções são constantemente hierarquizados na mente dos indivíduos à medida que esses amadurecem e vão definindo suas escolhas vitais. Formam o que nos habituamos a chamar de sistema de valores abraçados pelo indivíduo. Por fim, tratamos desses destinadores como categorias à parte em virtude do seu formato analítico, mais condizente com a abordagem semiótica. Talvez nem precisássemos dizer que, na maioria dos casos, as orientações procedentes dos destinadores já estão introjetadas nas crenças e convicções adquiridas pelos sujeitos, sobretudo quando essas funções são preenchidas por personagens adultos. Por isso, empregamos com frequência expressões como “ideologia” ou mesmo “visão de mundo”, ambas prevendo um sincretismo entre destinador e destinatário-sujeito.

Interessante observar que, no caso das crianças, a função de destinador, em geral preenchida pela figura dos pais ou seus representantes, surge quase sempre destacada da função de sujeito. Entretanto, é comum que haja sempre um flanco aberto para o ingresso de figuras circunstanciais ou temporárias cumprindo o mesmo papel, ainda que geralmente num grau inferior ao dos progenitores. O temor, digamos, actancial, é justamente que outros agentes menos comprometidos com o desenvolvimento sadio das crianças se imponham como destinador num período da vida em que elas ainda não reúnem condições críticas para refutar o ocupante da função. Mas não trataremos aqui desses casos extremos. Vamos apenas comentar uma reflexão sugestiva trazida por Antonio Prata em sua coluna semanal na *Folha de S. Paulo* (Prata, 2024).

Para irmos direto ao ponto, o autor versa sobre uma situação que vem se repetindo por gerações, desde que a evolução tecnológica começou a competir com o poder de atração da natureza e, mais que isso, passou a substituir com vantagens (do ponto de vista do interesse infantil) os jogos e brincadeiras que no passado as crianças praticavam fora de casa. No princípio era a televisão, com sua programação infantil nem sempre muito “educativa”, como se dizia; em seguida, os primeiros videogames que, na melhor das hipóteses, viciavam crianças (e pais) numa prática interminável que se tornava incompatível com atividades esportivas e outros estímulos corporais ao ar livre. Já neste século, os jogos eletrônicos se sofisticaram em proporção inimaginável e logo se associaram diretamente ao manuseio compulsivo do celular realizado tanto por adultos como por crianças. Ao longo de todo esse tempo, os pais que se mostravam preocupados com a saúde física e mental dos seus descendentes repetiam a inútil

recomendação: “hoje o dia está lindo, por que vocês não vão brincar lá fora?”. Esse é o ponto que motivou a coluna de Antonio Prata. Nas suas palavras: “fiquei pensando na razão de as crianças não perceberem a beleza de um dia lindo”. Sua constatação bem humorada é perfeita: “Um dia lindo faz tanto sentido pra criança quanto um pernil de javali para um vegano” (Prata, 2024). Mesmo que não responda à solicitação dos pais, a criança sempre deixa no ar a sua indagação básica: “E daí que tá sol?”. É como se dissesse “e o que eu tenho a ver com isso?”.

O autor arrisca uma interpretação (para ele, um “chute”) até certo ponto existencial para o fenômeno. Se não for verdadeira, certamente é poética: “a beleza só surge quando a vida começa a escorrer pelas mãos” (Prata, 2024). Os adultos têm consciência da finitude e do envelhecimento progressivo. Cada dia que passa é um a menos para saborear o que há de belo no mundo. Isso não vem ao caso para quem tem a vida inteira pela frente. A hipótese é boa, mas pressupõe que o dia ensolarado é um valor em si, capaz de atrair todos os seres humanos, pelo menos em sua idade adulta. Do nosso ponto de vista, ao dizer “tá um sol incrível! Aproveita!”, os pais estão apenas iniciando um longo processo de persuasão que, em geral, se consuma na juventude ou somente na maturidade (quando chegam os filhos dos filhos). Ainda que sejam inquestionavelmente os destinadores de direito mais próximos de suas crianças, nem sempre o são de fato. É comum atualmente que o mundo subjetivo na infância esteja povoado de destinadores virtuais, com poderes persuasivos bem mais imediatos e atraentes (embora temporários) que os que emanam dos pais experientes. As crianças são constantemente estimuladas a criar ou modificar realidades no *iPad* ou no *smartphone*, quase sempre participando diretamente dos seus resultados. Preferem esses superpoderes a ficar contemplando uma realidade que não se altera em nada com a sua presença e que não passa de pano de fundo invisível para as suas atividades virtuais, muito mais dinâmicas. Aliás, não é fácil conceber um destinador que faça uma criança “contemplar”, seja lá o que for. Em compensação, para instruí-la com estratégias que lhe assegurem vitórias no mundo virtual não faltam destinadores cada vez mais especializados na técnica da persuasão.

Antonio Prata (2024) relata ainda uma de suas experiências fazendo trilhas em família. Ao alcançar o cume de uma montanha, o casal se mostrou “extasiado” com a vista dos morros, sua variedade de cores, enfim, com a exuberância da natureza. Os filhos, por sua vez, também ficaram “estupefatos”, mas com o êxtase dos pais. Encaravam-nos, espantados, até que um deles disparou: “é só um monte de montanha! De mato! Que que tem?!”. A natureza como acontecimento deslumbrante ainda não era um valor assimilado pelas crianças. Entre os seus ocupantes efêmeros da função de destinador não havia destaque especial para os entusiastas do mundo natural. Os argumentos dos pais (“é daí que a gente veio”) estavam distantes dos aumentos de poder e energia

(*power ups*) que, aí sim, lhes trariam algum benefício a curtíssimo prazo. Afinal, eles só queriam estar aptos a vencer a próxima fase do videogame que os esperava em casa.

Importa observar ainda que na pergunta quase irritada de um dos filhos (“é só um monte de mato! Que que tem?!”) já existe uma das exigências comentadas para se reconhecer um acontecimento como tal. Mesmo que não compreenda o arranjo integral dos valores contidos no evento, o sujeito (criança ou adulto) precisa dispor de alguma familiaridade com parcela desses valores que, de um jeito ou de outro, lhe chame a atenção. Ainda que não sinta a energia e o ritmo que emanam da relação entre morros, vegetação, cachoeira e aves, num entrosamento dinâmico que só pode ser percebido do topo da montanha, o sujeito que se impressiona apenas com cachoeiras ou com aves de grande porte, por exemplo, já se mostra sensível para captar o arranjo global dos valores típicos do acontecimento, mesmo que isso não ocorra imediatamente — é o tempo do espanto, de absorção do inesperado. No caso relatado por Prata, contudo, as crianças não veem nada que lhes pudesse causar tanto deslumbramento e, sintomaticamente, cobram do adulto que explique o fenômeno, ou seja, que formule a resolução do impacto sentido. Afinal, o acontecimento se completa com a simples possibilidade de expansão explicativa do conteúdo emocional. Essa possibilidade é o sinal mais evidente de que há um destinador avalizando a apreensão envolvida do fenômeno, algo que ainda falta na experiência infantil. O pai tenta balbuciar algumas frases, mas soam sem sentido. Logo percebe que os valores da natureza, tão festejados entre adultos, nem são valores para as crianças.

Antonio Prata, na condição de enunciador, termina por confessar que sente alguma admiração — transparecendo também certa dose de inveja — por esses sujeitos mirins: em troca de vantagens momentâneas nas suas aventuras virtuais, eles elegem como destinadores os tais dispositivos eletrônicos e ainda se permitem fazer pouco caso dos valores associados à hoje prestigiadíssima natureza:

Pensando bem, não deixa de ser uma postura admirável: um baita sol iluminando as montanhas da Mantiqueira, cachoeiras jorrando, tucanos voando e você podendo se dar ao luxo de jogar Mario Kart por seis horas seguidas, esnobando a finitude, o tempo, a morte. Chuuupa, natureza! (Prata, 2024).

Como todo sujeito, passional e ativo, as crianças são também destinatárias, dotadas de uma competência em formação, mas que, até certo ponto, já fazem suas escolhas neste mundo cada vez mais repleto de atores e figuras com alto poder de persuasão. São esses agentes que ocupam com certa facilidade a função de destinador transcendente, graças a sua capacidade de manusear conteúdos internos e externos ao universo infantil, propondo sempre arranjos inéditos dos

valores já incorporados pelas novas gerações. Essa variedade de ocupantes da citada função nessas fases iniciais da vida dos indivíduos sempre existiu, com maior ou menor controle dos seus genitores diretos, em todas as sociedades, mas nada se assemelha ao que ocorre hoje em dia. A velocidade dos avanços eletrônicos fez surgir destinadores de formas e conteúdos só compreensíveis no interior do mundo digital, o que beneficia claramente os que já nasceram nesse mundo. Assim, não sabemos mais até quando os pais ocuparão a última instância do papel de destinador diante de seus filhos. Na área técnica, é comum assistirmos às inversões de papéis: as crianças (destinadores precoces) ensinam os pais (destinatários tardios) a mexer nos aparelhos e nos novos aplicativos.

Para concluir

Pelo que vimos, há muito que explorar na função actancial do destinador e no seu estatuto transcendente. Ela não apenas garante a continuidade do sujeito rumo ao seu objeto, mas também abastece a sua trajetória narrativa com valores ainda não assimilados no universo imanente do texto (daí o sentido de transcendente). Com esses elementos, o destinador fortalece o ponto de vista adotado pelo destinatário-sujeito, tornando-o sensível⁷ aos valores do objeto que ecoam seus afetos e sua visão de mundo. Mostramos aqui que boa parte dessas características narrativas se mantém no caso do acontecimento imprevisto, mas também que esta imprevisibilidade é mitigada pelo reconhecimento no seu interior de valores avulsos transmitidos ao sujeito por algum de seus destinadores. Esse sujeito se sente atraído por esses valores parciais, mesmo que ainda não compreenda integralmente o seu novo arranjo com os demais conteúdos no âmago do fenômeno inesperado. O fato de o sujeito captar no acontecimento algumas remissões ao seu ponto de vista, formado pelas argumentações convincentes de um destinador, já é o bastante para despertar e, por vezes, aumentar a sua atenção à nova experiência. Como diz Muniz Sodré (2023, p. 2), “atenção supõe afeto e confiança na fala do outro”. Esse outro, no caso, é aquele que persuadiu o sujeito com suas alegações discursivas.

Realmente, a primeira apreensão do sujeito de algo que lhe chama a atenção parece ser de natureza afetiva, e talvez o seja, mas só o fato de haver um destinador pressuposto assegurando a existência desse impacto inicial já nos faz considerar que não se trata de pura intensidade. No fundo, o sujeito apreende ao mesmo tempo uma iminência de resolução, o que não deixa de ser mais um sinal de sua cumplicidade com o destinador. É deste actante que decorrem as

⁷ A rigor, é o ator ocupante da função de sujeito que se torna sensível a determinados valores. Os actantes são apenas categorias sintáticas anteriores aos investimentos semânticos e sensíveis. Mas estamos evitando aqui o excesso de protocolos semióticos no caso em que o contexto já esclarece o sentido.

explicações atenuadoras da comoção original. Diríamos, no jargão semiótico, que o auge da intensidade só é devidamente assimilado quando está prestes a se transformar em extensidade. E é essa transição que se configura na segunda parte da definição de acontecimento dada pelo dicionário francês: “... o que tem importância para o homem”. Se o fenômeno não atingir esse nível de acolhimento na apreensão do sujeito, respaldado pelo destinador, não podemos considerá-lo um acontecimento na acepção semiótica do termo. Aliás, não é raro, nesses casos, que o fato seja imperceptível ao sujeito.

Nossa história de vida e nossa compreensão afetiva do mundo e dos outros seres humanos procedem dessa relação ininterrupta entre destinador e destinatário-sujeito, em constante processo de persuasão e instrução que nos permite formar um ponto de vista sobre os valores que nos rodeiam. Tais categorias actanciais recebem os mais variados investimentos semânticos (atores, figuras, situações, etc.) ao longo de nossa existência, mas nunca deixam de atuar como determinação sintática. Um ator que desempenha a função de destinatário numa dada circunstância pode exercer o papel de destinador em outra. Quando falamos de “vários destinadores”, em geral nos referimos a “vários atores” ocupando a mesma função de destinador. O que não pode faltar, no nosso entender, é a relação sintática entre esses actantes. Dessa relação depende a formação intelectual e afetiva de todos os seres humanos.

Podemos observar uma separação quase didática entre destinador e destinatário nos discursos folclóricos analisados por Propp — ou mesmo por Greimas, quando lançava as bases narrativas da teoria semiótica —, contrapondo-se ao sincretismo dessas funções no âmbito dos personagens mais complexos dos textos literários modernos e contemporâneos. Pois podemos notar a mesma divisão entre essas categorias na fase inicial de nossa história de vida — pais (destinadores) e filhos (destinatários) — em contraste com a fusão dessas funções e multiplicação de seus atores no decorrer de nossa vida adulta. Ficamos com a impressão de que, com o tempo, deixamos de ser destinatários dos valores culturais que formam nossos principais pontos de vista ou que aprendemos a conquistá-los sem a colaboração dos outros. É mais provável que tenhamos interiorizado as atuações persuasivas dos numerosos ocupantes da função de destinador no decurso de nossa existência e que já saibamos, a partir delas, reconhecer e avaliar os valores investidos nos objetos e acontecimentos. ●

Referências

- CAMPOS, Haroldo de. *O Arco-íris Branco*. São Paulo: Imago, 1997.
- CASTRO, Ruy. Bolsonaro prepara o golpe. *Folha de São Paulo*, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2021/06/bolsonaro-prepara-o-golpe.shtml>. Acesso em: 25 set. 2024.
- CASTRO, Ruy. Profetas do óbvio. *Folha de São Paulo*, 28 dez. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/1026961-profetas-do-obvio.shtml>. Acesso em: 25 set. 2024.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. São Paulo: Nankin/ Edusp, 2014.
- IACONELLI, Vera. De volta para o futuro. *Folha de São Paulo*, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/06/de-volta-para-o-futuro.shtml>. Acesso em: 25 set. 2024.
- REY-DEBOVE, Josette; REY, Alain (coord.). *Le Nouveau Petit Robert*. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.
- PRATA, Antonio. Chupa, natureza: o desdém reservado ao sol e ao céu azul. *Folha de São Paulo*, 13 jan. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2024/01/chupa-natureza-o-desdem-reservado-ao-sol-e-ao-ceu-azul.shtml>. Acesso em: 25 set. 2024.
- SODRÉ, Muniz. Descaminhos da atenção. *Folha de São Paulo*, 14 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/muniz-sodre/2023/10/descaminhos-da-atencao.shtml>. Acesso em: 25 set. 2024.
- TATIT, Luiz. O ritmo que vem das sílabas. *Estudos Semióticos* [online], v. 17, n. 3, p. 1-18, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2021.192424>. Acesso em: 25 set. 2024.
- ZILBERBERG, Claude. Le schéma narratif à l'épreuve. *Protée*, v. 21, n. 1, 1993.
- ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: Edusp, 2006.

The role of the transcendent addresser in events

 TATIT, Luiz

Abstract: Throughout this paper, we propose a more accurate reflection on the Addresser function, extending it from the narrative universe to recent studies of unexpected events. Our starting point is the fact that the same phenomenon can be considered impactful for some and indifferent, or even non-existent, for others. Just as the narrative subject recognizes their object of pursuit by the values that accentuate and set it apart from other objects in the world, this “valuation” being the result of the persuasive actions of a trustworthy addresser, the subject struck by the so-called unexpected event can only distinguish it as such if they are able to glimpse in its core individual values, or parts of them, that have already been transmitted to them by one of their addressers sometime in their lives. In fact, the entire event presents itself as an unprecedented arrangement of these values apprehended in isolation by the subject, an arrangement that tends to be deciphered later on, in the transition from the affective impact to its intellectual resolution. It is within this interval that the subject shows astonishment. In the absence of an addresser capable of preparing them to identify these pertinent values and even to equip them with unknown (or transcendent) values, we would not have any event at all.

Keywords: semiotics; values; narrative; affection; resolution.

Como citar este artigo

TATIT, Luiz. O papel do destinador transcendente nos acontecimentos. *Estudos Semióticos* [online], vol. 20, n. 3. Dossiê temático “*Sobre o sentido II*, quarenta anos mais tarde: o pensamento de Greimas em devir”. São Paulo, dezembro de 2024. p. 153-169. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

TATIT, Luiz. O papel do destinador transcendente nos acontecimentos. *Estudos Semióticos* [online], vol. 20, issue 3. Thematic issue “*Du sens II*, forty years later: Greimas’ thought in the making”. São Paulo, December 2024. p. 153-169. Retrieved from: <https://www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: month/day/year.

Data de recebimento do artigo: 23/02/2024.

Data de aprovação do artigo: 23/04/2024.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International License.

